

## A CENTRALIDADE DAS CIDADES INTERMEDIÁRIAS E A EXPANSÃO DO TERCIÁRIO: CONSIDERAÇÕES SOBRE PAU DOS FERROS/RN (2010-2020)

*The centrality of intermediate cities and the expansion of the tertiary sector: considerations on Pau dos Ferros/RN (2010-2020)*

Eric Neres Vieira<sup>1</sup>  
Ronie Cleber de Souza<sup>2</sup>

### RESUMO

Pau dos Ferros/RN, de economia predominantemente terciária, constitui uma cidade intermediária na rede urbana do estado. Após os anos 2000, houve uma expansão dos serviços prestados na cidade, aumentando a sua centralidade. O objetivo desse artigo é verificar o aumento da centralidade e a expansão do terciário na última década, com foco no setor privado da economia. Em termos metodológicos, foram utilizados bibliografia e dados da RAIS e da REGIC para averiguar a evolução do terciário local no período 2010 - 2020. Os resultados demonstram a expansão do terciário na última década, com crescimento puxado pelos segmentos do *comércio atacadista*, dos *serviços às empresas*, da *educação superior*, dos *serviços de saúde*, dentre outros serviços, considerados de caráter urbano e especializados. Dessa forma, à medida que o setor terciário cresceu, a centralidade da cidade aumentou, consolidando a função de cidade intermediária na rede urbana do semiárido.

**Palavras-chave:** Cidade intermediária. Setor Terciário. Centralidade. Pau dos Ferros/RN.

### ABSTRACT

Pau dos Ferros/RN, with a predominantly tertiary economy, is an intermediate city in the urban network of the state. After the year 2000, there was an expansion of services provided in the city, increasing its centrality. The objective of this article is to examine the increase in centrality and the expansion of the tertiary sector in the last decade, focusing on the private sector of the economy. Methodologically, bibliographic sources and data from RAIS and REGIC were used to investigate the evolution of the local tertiary sector during the period from 2010 to 2020. The results demonstrate the expansion of the tertiary sector in the last decade, with growth driven by segments such as wholesale trade, business services, higher education, health services, among other services considered urban and specialized in nature. Thus, as the tertiary sector grew, the centrality of the city increased, consolidating its role as an intermediate city in the urban network of the semi-arid region.

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mestrando do programa de pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Bolsista de Mestrado da CAPES. E-mail: [ericvieira@alu.uern.br](mailto:ericvieira@alu.uern.br)

<sup>2</sup> Doutor em Desenvolvimento Econômico. Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido. E-mail: [roniecleber@uern.br](mailto:roniecleber@uern.br)

**Keywords:** Intermediate city. Tertiary sector. Centrality. Pau dos Ferros/RN.

## 1 INTRODUÇÃO

A economia brasileira não foi formada a partir de um processo de expansão de um espaço economicamente unificado, pois para além da questão da expansão territorial da colônia portuguesa, a formação socioeconômica do Brasil é marcada pelo surgimento e desenvolvimento de economias regionalmente isoladas, constituindo-se em uma economia nacional regionalmente fragmentada.

Cada ciclo econômico, ao qual passou o Brasil, teve como base uma atividade exportadora como principal, fosse ela agrícola ou extrativa (Furtado, 2007). O marco temporal que encerra um ciclo, no entanto, não implica a paralisação abrupta daquela atividade, que muitas vezes continuou operando em larga escala. Conseqüentemente, por estarem circunscritas a regiões específicas, a estrutura e a dinâmica econômica forjadas em torno dessas atividades foram determinantes para a formação territorial dos espaços onde se estabeleceram.

Para o caso nordestino, a quebra do isolamento da antiga estrutura da economia açucareira ocorreu entre o final do século XIX e o início do século XX, impulsionada por crises internas e, principalmente, pela retração da demanda externa. A partir desse cenário de crise, iniciou-se o primeiro processo de inserção da economia regional à dinâmica nacional, primeira etapa da fase que Guimarães Neto (1989) define como de articulação comercial, motivada pela necessidade do Nordeste em escoar suas mercadorias para o nascente mercado interno brasileiro. Em uma segunda etapa, entre 1930 e 1955, acontece a concretização das relações através da quebra de barreiras econômicas e físicas.

Em uma fase subsequente, a partir de 1955, iniciou-se a integração produtiva do Nordeste ao centro dinâmico do país. Esse novo movimento provocou profundas transformações na estrutura econômica da região até a década de 1990, resultando tanto da atuação do Estado, de um modo geral, quanto da implementação de políticas regionais específicas de incentivo à industrialização.

Através de uma combinação de capitais, o incentivo à industrialização nordestina foi ancorado no estímulo à atração do capital industrial oligopolista (Oliveira, 1981). Conseqüentemente, no pós-1960, o perfil produtivo da região foi transformado, antes predominante em bens de consumo não duráveis foi

reestruturada na produção de bens intermediários (Araújo, 1995; Guimarães Neto, 1989).

O desenvolvimento do capitalismo nacional, refletido nessas regiões periféricas, influenciaram na organização espacial e a urbanização. Nesse processo de unificação e hierarquização da rede urbana, as cidades intermediárias assumiram um papel estratégico no interior, longe das grandes metrópoles (Dantas, 2014).

Para Dantas e Clementino (2013), a cidade intermediária tem a dupla função de integrar espaços urbanos dinâmicos a áreas menos desenvolvidas, atuando como um elo entre eles. Essa posição de "passagem obrigatória" gera uma força centralizadora que atrai capital, mercadorias e pessoas. Segundo Brandão (2007, p. 81), essa polarização reflete uma lógica de hierarquia territorial, caracterizada pelo exercício de poder do centro urbano sobre algum tipo de periferia.

As cidades com função de intermediação na rede urbana possuem força centralizadora sob cidades menores que estejam ao seu alcance, sujeitando-as, guardadas as devidas proporções, aos mesmos ditames da lógica hierarquizada de reprodução do capital com destaque para o seu caráter mercantil, consoante com a evolução do estágio de desenvolvimento capitalista na dimensão espacial do território nacional (Brandão, 2007).

O debate teórico sobre os centros urbanos de influência regional é marcado por uma pluralidade de nomenclaturas. Essa dificuldade de convergência conceitual esbarra fundamentalmente na divergência dos critérios metodológicos adotados para definir o fenômeno. Por um lado, o termo "cidade média" apoia-se tradicionalmente em parâmetros quantitativos e demográficos, o que acaba agrupando realidades econômicas distintas e mascarando a complexidade das funções urbanas. Por outro lado, buscando superar essa rigidez quantitativa, diversas pesquisas passaram a adotar critérios qualitativos baseados nas funções urbanas, na centralidade e nas interações espaciais. É nesse movimento que surgem outras nomenclaturas na literatura para tentar explicar a atuação dessas cidades na rede urbana, tais como "centro de polarização regional ou microrregional" (Amorim Filho, 2007), "cidades de comando regional" (Lima, 2017) e "lugar central" ou "capital regional" (Corrêa, 2007). Inserido nessa busca por abranger a complexidade funcional, o conceito de "cidade intermediária", ou "(inter)média", ganha força ao definir a localidade não pelo seu

tamanho demográfico, mas pelo seu papel mediador de conectar espaços geográficos distintos, atuando como um nó de passagem obrigatória e de atração de fluxos.”

Em síntese, a consolidação do território como espaço unificado para reprodução ampliada do capital possibilitou o desenvolvimento de redes urbanas pelo agravamento das disparidades inter-regionais e intrarregionais (efeito destrutivo e enquadramento da economia nordestina para a posição de complementaridade), e de complexos fluxos e nós (Dantas; Clementino, 2013).

O objetivo desse trabalho é tecer considerações a respeito das cidades intermediárias e a expansão do setor terciário na sua economia, resultante da sua centralidade (hierarquia) regional, tomando por objeto de estudo a cidade de Pau dos Ferros/RN no interior do estado do Rio Grande do Norte, no semiárido nordestino.

A temática abordada - das cidades intermediárias e sua atuação regional - já desfruta de um acervo adequado para a discussão, com destaque para os economistas e os geógrafos. Contribuindo com esse debate, partimos das seguintes questões: qual a dinâmica do setor de serviços em Pau dos Ferros/RN? Quais serviços que, no período recente (2010-2020), contribuíram para o aumento da centralidade da cidade? Qual a importância da cidade na oferta de serviços e geração de emprego na sua região? Quais tendências e limites apresentados na expansão dos serviços em Pau dos Ferros/RN?

Metodologicamente, utilizou-se de pesquisa bibliográfica e documental. Na pesquisa Bibliográfica, os principais autores trabalhados foram Dantas; Clementino (2013), Dantas (2014), Souza (2019) e Souza; Miranda (2021). Na parte da pesquisa documental, as principais fontes de dados secundários foram extraídas do IBGE (da REGIG e do CNAE) e dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), para averiguar a evolução do terciário local, nos últimos anos.

Utilizou-se a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 2.0, do IBGE para melhor descrição das atividades terciárias. A CNAE 2.0 possui cinco níveis hierárquicos - Seção, Divisão, Grupo, Classe e Subclasse -, onde se optou pelo nível *Grupo*, por abranger uma satisfatória multiplicidade de categorias. Após esta escolha, de todas as atividades da CNAE 2.0, foram extraídos apenas os serviços<sup>3</sup>, o que

---

<sup>3</sup> Serviços esses, entendidos aqui, contendo 4 (quatro) características essenciais, conforme as definições de Diel; Kroetz (2008).

resultou na exclusão dos Grupos das Seções “A” ao “F” e a coleta dos dados apenas para os Grupos das Seções “G” ao “U”, no período de 2010 a 2020.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Para compreender a dinâmica abordada, faz-se necessário revisar os conceitos postos no estudo. Assim, esta seção dedica-se, em um primeiro momento, a examinar o conceito de cidade intermediária, explorando suas diferentes nomenclaturas e os diversos critérios adotados na literatura, a fim de demonstrar a pluralidade do debate e a ausência de um consenso conceitual. Em seguida, visto as especificidades que necessárias ao objeto de estudo, a discussão se voltará para o papel da cidade intermediária no contexto da economia nordestina. Para isso, a atuação e a importância desta serão analisadas em face das transformações sociais e produtivas recentes que reconfiguraram a região.

### **2.1 Conceituações de “cidade média” e a cidade intermediária**

Primeiramente, cabe esclarecer, brevemente, a existência de dois conceitos: cidade média e cidade intermediária. O primeiro está relacionado ao estabelecimento de critérios quantitativos, precisamente de dimensão populacional e, em alguns casos, a combinação de parâmetros qualitativos e quantitativos, onde fator demográfico ainda é o principal critério. O segundo é a caracterização através do uso dos critérios essencialmente qualitativos de funcionalidade, centralidade urbana e administrativa, e o papel dela no desenvolvimento regional (Dantas; Clementino, 2013).

A primeira definição remete mais ao conceito de “cidade de porte médio” em que, na interpretação de Simões; Amaral (2011), são as localizações com uma população entre 50 e 500 mil habitantes, um critério, estritamente, de dimensão populacional. Segundo Corrêa (2007), a cidade média pode ser dividida em três subcategorias: *Lugar central*, que concentra a oferta de bens e serviços para uma “hinterlândia regional” (Corrêa, 2007, p. 31); *Centro de drenagem e consumo de renda fundiária*, é a cidade próxima a área pastoril, com a presença da grande propriedade rural, ou é uma cidade com complexo agroindustrial; e, o *Centro de atividades especializadas*, caracterizado “pela concentração de atividades que geram interações urbanas a longas distâncias” (Corrêa, 2007, p. 31).

Já a definição assegurada no conceito de “cidade intermediária” diz respeito ao local de funcionalidade, que se relaciona com espaços mais urbanos e dinâmicos e com espaços menos urbanos, podendo ser até rurais, e menos dinâmicos, e conectando esses dois espaços com passagem obrigatória, como ponte e destino de mercadorias, capital e pessoas. Este conceito considera o papel desempenhado pelas cidades na rede urbana como seu principal fator de análise para estudar a importância que estas têm no desenvolvimento regional. As cidades intermediárias, portanto, desempenham o papel de incorporar os locais distantes do dinamismo, tornando possível locais longínquos operantes dentro do sistema capitalista. Por esse motivo, a definição de “cidade intermediária”, que também pode ser chamada de “(inter)média”, é uma interpretação mais completa para se estudar a importância destas cidades nas redes urbanas (Araújo; Moura; Dias, 2011; Dantas; Clementino, 2013; Simões; Amaral, 2011).

A “passagem obrigatória” se dá pela força centralizadora que possuem, e “essa atração pelos pontos nodais se funda na heterogeneidade, na hierarquia e no exercício unilateral do poder e da potência do ‘centro’ sobre algum tipo de ‘periferia’” (Brandão, 2007, p. 81). Considerando a discussão que Simões; Amaral (2011) fazem a respeito do tema, e levando em conta a proposta de análise de Brandão (2007), pode-se visualizar a cidade intermediária como uma das partes de uma complexa rede urbana hierárquica de base homogênea para reprodução do capital, centrada na divisão social e territorial do trabalho.

Na rede urbana, a cidade intermediária possibilita a reprodução do capital nos locais mais distantes. Nesses lugares, o terciário tem a missão de ditar essa dinâmica, isto é, o nível da circulação das mercadorias e capital depende essencialmente do movimento do setor de serviços (Singer, 1979; Lima; Rocha, 2009).

## **2.2 A cidade intermediária no contexto regional da economia nordestina**

Para compreender a economia de uma cidade intermediária se faz necessário entender o retrato atual da economia da região, pois “a cidade não se resume ou se explica per si, pois, [...] existe uma relação e mesmo uma imbricação intra-urbana e interurbana” (Whitacker, 2007, p. 143).

Foi o processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro que resultou na criação de um espaço nacional homogêneo para a reprodução do capital (Cano, 1998;

Brandão, 2007), em contraposição ao anterior “arquipélago de economias regionais” que representava a economia brasileira antes dos anos 30 (Oliveira, 1981).

Na análise desse processo, do ponto de vista da economia nordestina, Guimarães Neto (1989) discutiu os dois momentos principais: a *articulação comercial* e, em seguida, a *integração produtiva*. A articulação comercial da economia nordestina com a economia nacional, já na fase pós 30, é comandada pelo capital mercantil; nesse período, de 1930 a 1955, ocorre o processo de homogeneização (Oliveira, 1981; Brandão, 2007), levado a cabo pela União com a quebra das barreiras alfandegárias estaduais, a centralização da política de comércio exterior e a integração física do país mediante a construção de várias estradas de rodagem.

A integração produtiva do Nordeste ao centro dinâmico, sob o comando do capital produtivo (e oligopolista), ou segunda etapa de nacionalização do capital, é uma nova etapa no estágio de desenvolvimento capitalista que equivale ao processo de integração da economia nacional, em que o crescimento da indústria pesada, no centro dinâmico do país, desloca a indústria de bens de consumo e intermediária para as demais partes do território (Oliveira, 1981; Guimarães Neto, 1989; Brandão, 2007).

Nesta nova etapa, o papel do Estado nacional foi essencial. Para o caso nordestino, a política da SUDENE, com os incentivos fiscais e financeiros do chamado “mecanismo 34/18” estimulou a migração do capital industrial oligopolista concentrado do Centro-Sul para a região Nordeste, antecipando, por assim dizer, a chegada da indústria moderna na região. O resultado desse processo foi uma transformação geral na estrutura produtiva do Nordeste, de modo que o Centro-Sul do país passa a postular a sua demanda sobre as economias regionais e, nessa ocasião, o “Nordeste comparece, abrigando alguns polos importantes de desenvolvimento agroindustrial e industrial” (Araújo, 1995, p. 130). Assim, de indústria predominante em bens de consumo não duráveis vai-se convergindo, pós 60, para as especializadas em bens intermediários, revelando-se, assim, o perfil da indústria nordestina, a de segmentos produtores de insumos. É na fase de integração, que “o Nordeste surge, portanto, predominantemente como “região-mercado” (sobretudo para o Sudeste) quando visto no contexto nacional” (Araújo, 1995, p. 145).

Sintetizando, além da política regional de incentivos fiscais, coube destaque a atuação do Estado como um ator produtor de bens e de serviços para a economia,

contribuindo para a dinamização e crescimento econômico regional. Conforme pontuou Araújo (1995, p. 131):

Uma das características especiais da economia do Nordeste é o relevante papel desempenhado nos anos recentes pelo setor público. (...) No Nordeste, pode-se afirmar que sua presença foi o fator determinante da intensidade e dos rumos do dinamismo ocorrido nas últimas décadas. (...) Investindo, produzindo, incentivando, criando infraestrutura econômica e social, o Estado se faz presente com grande intensidade na promoção do crescimento da economia nordestina.

Cabe ressaltar que o crescimento econômico do Nordeste nas décadas de 1960 a 2000 não contemplou todo o seu espaço regional. Algumas áreas permaneceram “resistentes” às mudanças ou não foram alcançadas por esse processo de modificação estrutural da economia nordestina (Araújo, 1995). É notável que a consolidação do território nacional como espaço unificado para reprodução ampliada do capital possibilitou o desenvolvimento de redes urbanas hierarquizadas e, no Nordeste, surgiram “focos de dinamismo”, bem como foram conservadas estruturas tradicionais, interligadas por fluxos e nós. Prevaleceu, portanto, a heterogeneidade estrutural na economia nordestina, deixando claro os “vários nordestes” (Araújo, 1995) que, ao invés de ser um resultado “inesperado”, constituem, na realidade, um resultado “natural” do processo de homogeneização do capitalismo à esfera nacional (Oliveira, 1981).

Assim, de acordo com essa heterogeneidade estrutural e hierarquização da rede urbana, algumas cidades tiveram sua importância regional realçada, com destaque para o avanço dos serviços que, notavelmente nas últimas décadas, tem contribuído para o fortalecimento regional das cidades intermediárias na rede urbana interiorizada, tal como o caso de Pau dos Ferros/RN, discutido na parte seguinte deste trabalho.

### **3 CARACTERIZAÇÃO GERAL DE PAU DOS FERROS/RN**

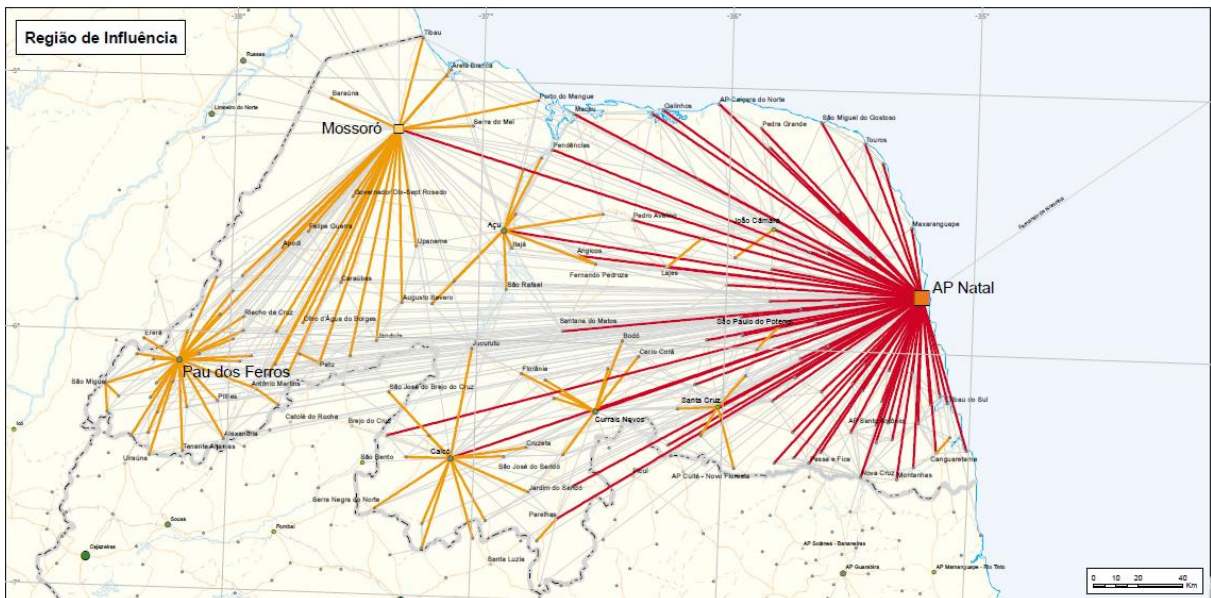
Pau dos Ferros/RN está localizada na região Oeste Potiguar, no estado do Rio Grande do Norte, e pertence ao território do Semiárido Brasileiro. Segundo o IBGE (2020b, 2024), o município detém uma área territorial de 259.959 km<sup>2</sup> e, em 2022, possuía 30.479 habitantes, sendo que 92% desta população residia em zona urbana.

A cidade de Pau dos Ferros/RN possui uma localização geográfica privilegiada, sendo entrecortada por duas estradas federais (BRs 405 e 226) e uma estadual (RN

177) que se conectam com as pequenas cidades do entorno e os grandes centros urbanos regionais, fator que faz com que a cidade tenha destaque na hierarquia urbana do Rio Grande do Norte (Dantas, 2014; Souza, 2019).

A chamada região do “Alto Oeste Potiguar”, equivale a Região Geográfica Imediata (RGI) de Pau dos Ferros/RN, formada “por 34 [...] municípios, com população total de 226.272 habitantes (IBGE, 2010) e com grau de urbanização de 67%. Dos municípios da região, a grande maioria (29 municípios) está situada na faixa de até 10.000 habitantes, possuindo 62% da população” (Souza; Miranda, 2021, p. 1113). Esses municípios integram o conjunto que compõe a Região de Influência de Pau dos Ferros/RN, como é ilustrado no Mapa 1.

Mapa 1 – Rede urbana do Rio Grande Do Norte



Fonte: IBGE (2020a, p. 37).

Nota: Modificação dos autores no tamanho da fonte para “Pau dos Ferros”, “Mossoró” e “AP Natal”.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Singer (2012, p. 147) “é impossível compreender a economia de uma cidade sem situá-la no contexto da rede urbana à qual ela pertence, e sem determinar as funções especializadas que ela exerce”.

O estudo de Dantas (2014), para o período de 2008 a 2012, identificou 45 municípios como sendo a “Área de Influência” de Pau dos Ferros/RN, citados nas informações da pesquisa “Regiões de Influência das Cidades”, realizada pelo IBGE, na edição de 2008. Ao consultarmos a REGIC 2018 (edição atual), foram encontrados

39 municípios (Quadro 1) que mencionaram a cidade de Pau dos Ferros/RN como destino, sendo 34 do Rio Grande do Norte, 4 do Ceará, e 1 da Paraíba. Na atual classificação, Pau dos Ferros caiu de Centro Sub-Regional A (em 2008) para Centro Sub-Regional B em 2018. No entanto, a cidade preservou sua função de “gestão de território” de uma edição para a outra, mantendo sua importância em sua região de influência (IBGE, 2020a).

Quadro 1 – REGIC 2018 - Cidades que citaram pelo menos um item na relação “Ligações entre Cidades” com destino a Pau dos Ferros/RN

<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>		
Água Nova	João Dias	Riacho da Cruz
Alexandria	José da Penha	Riacho de Santana
Almino Afonso	Lucrecia	Rodolfo Fernandes
Venha-Ver	Luís Gomes	São Francisco do Oeste
Antônio Martins	Major Sales	São Miguel
Coronel João Pessoa	Marcelino Vieira	Serrinha dos Pintos
Doutor Severiano	Martins	Severiano Melo
Encanto	Paraná	Taboleiro Grande
Francisco Dantas	Patu	Tenente Ananias
Frutuoso Gomes	Pilões	Viçosa
Itaú	Portalegre	
Jardim de Piranhas	Rafael Fernandes	
<b>CEARÁ</b>		
Ereré		Pereiro
Iracema		Potiretama
<b>PARAÍBA</b>		
		Uiraúna

Fonte: REGIC (IBGE, 2020a). Elaboração dos autores.

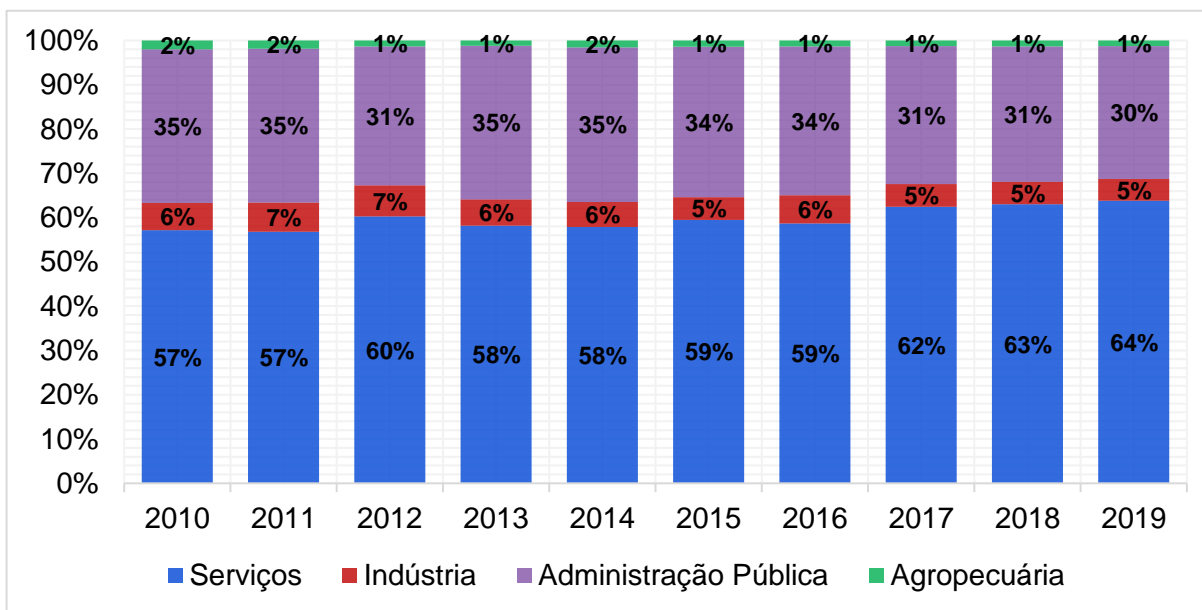
Na função de intermediação desempenhado pela cidade de Pau dos Ferros/RN, grande importância é dada ao poder público. Dantas; Clementino (2013), além de justificarem que a “força centralizadora” da cidade resultava, no primeiro momento, da ausência de outros centros maiores no Alto Oeste Potiguar, em um segundo momento demonstraram a participação do poder público, mediante a oferta de serviços com “a interiorização do ensino superior nos níveis médio e técnico, com a implantação e/ou ampliação dos Institutos Federais e, no nível superior” (Dantas; Clementino, 2013, p. 243) responsáveis pelo aumento da importância da cidade nas últimas décadas. Nessa mesma linha, Souza; Miranda (2021) atestaram que o crescimento dos gastos públicos com educação superior e saúde beneficiaram

também o setor privado de serviços, e este movimento levou ao favorecimento do aumento da força polarizadora da cidade, sendo o gasto público fundamental para a explicação da maior integração urbano-regional de Pau dos Ferros/RN.

Consoante com a proposta desse artigo é demonstrado, a seguir, que alguns dados evidenciam a expansão do terciário pau-ferrense na última década.

No que diz respeito ao PIB, a economia do município gira em torno do setor de serviços, responsável por mais da metade do PIB e, incluída a Administração pública (como parte que é do setor de serviços), responde por mais de 90% do total. Assim, os setores de serviços, públicos e privados, respondem pela maior parcela da geração de emprego e renda, condizente com a função de pólo exercida dentro da região. O gráfico 1, abaixo, demonstra uma série histórica recente acerca da distribuição do PIB municipal.

Gráfico 1 – Pau dos Ferros/RN: distribuição percentual do PIB por setores, 2010 a 2019



Fonte: IBGE (2022). PIB dos Municípios. Elaboração dos autores.

Assim, dada a condição de polo regional e a relevância do setor de serviços na economia pau-ferrense, a análise seguinte visa demonstrar, no nível teórico e empírico, a importância do setor serviços e como este setor cresceu e se expandiu por conta do ganho de centralidade galgado pela cidade nos últimos anos.

Esses números já evidenciam que o Setor de Serviços é o que apresenta o maior dinamismo, sendo o “carro-chefe” da economia local. Contudo, cabe a

observação de que o mercado pau-ferrense é ancorado na demanda da sua região de influência, onde também o gasto público regional tem um papel fundamental na explicação da sua economia.

Para ilustrar empiricamente essa dinâmica de crescimento e a centralidade econômica do município, a Tabela 1 apresenta a evolução do estoque de vínculos formais de emprego em Pau dos Ferros entre os anos de 2010, 2015 e 2020. Os dados, categorizados pelas seções da CNAE 2.0, permitem observar não apenas o crescimento absoluto da força de trabalho formal no período, mas, sobretudo, a reconfiguração da participação de cada setor.

Tabela 1 – Pau dos Ferros/RN – evolução do estoque de vínculos formais, absoluto e percentual, por setor econômico na categoria Seção (CNAE 2.0) – 2010, 2015 e 2020

Setor (Seções CNAE 2.0)	2010		2015		2020	
	Vínculos	Percentual	Vínculos	Percentual	Vínculos	Percentual
Agropecuária (A)	2	0,1%	1	0,03%	3	0,1%
Indústria (B ao F)	220	7,7%	312	8,7%	247	6,5%
Serviços (G ao U, exceto O)	1651	57,5%	2138	60%	2694	71,3%
Administração Pública (O)	999	34,8%	1115	31,3%	837	22,1%
<b>Total</b>	<b>2872</b>	<b>100%</b>	<b>3566</b>	<b>100%</b>	<b>3781</b>	<b>100%</b>

Fonte: Brasil (2022) - RAIS. Dados selecionados. Elaboração dos autores.

A Tabela 1 revela uma macrotendência de expansão do mercado de trabalho em Pau dos Ferros ao longo da década, evidenciada pelo crescimento contínuo do estoque total de vínculos formais, que saltou de 2.872, em 2010, para 3.781, em 2020.

Essa evolução geral, no entanto, foi acompanhada por uma reconfiguração setorial importante. A Administração Pública registrou uma retração ao final do período, com a diminuição de seus postos em números absolutos, caindo de 999 para 837, entre 2010 a 2020, e uma conseqüente redução de sua participação relativa de 34,8% para 22,1%.

Em movimento oposto, o Setor de Serviços consolidou sua posição predominante na economia local. Além de já concentrar a maior parte das vagas no início da década, o setor apresentou um robusto crescimento absoluto, passando de 1.651 para 2.138, e deste para 2.694 vínculos, o que resultou na expressiva ampliação de sua fatia percentual, que passou de 57,5% para 60%, e alcançou 71,3% de todo o emprego formal do município em 2020.

A Tabela 2 demonstra dados que corroboram o crescimento do terciário em Pau dos Ferros/RN e sua importância na dinâmica econômica da sua região. Para poder visualizar as atividades no terciário que se intensificaram entre o período de 2010 a 2020, chamamos a atenção apenas para as atividades que se sobressaíram, em relação às demais, na expansão do quadro de funcionários ou no número de estabelecimentos no período em questão.

Tabela 2 – Pau dos Ferros/RN – Principais atividades que puxaram o crescimento de vínculos formais no setor terciário (CNAE 2.0 - Grupos) – 2010 a 2020

<b>CNAE 2.0 Grupo</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
46.4 Atacadista não-alimentar	3	11	12	16	22	22	28	26	33	53	61
46.9 Atacadista não-especializado	59	57	49	53	55	79	65	40	42	137	150
52.1 Armazenamento e carga	0	1	3	3	3	9	10	9	10	12	12
61.1 Telecom. por fio	0	0	0	0	0	0	30	33	136	5	4
61.9 Outras telecom.	0	0	4	4	5	4	5	5	5	54	59
62.0 Serviços de T.I.	0	0	0	0	2	2	2	7	8	12	17
68.1 Imobiliárias (imóveis próprios)	0	0	5	19	4	4	4	7	5	39	50
69.1 Atividades jurídicas	8	7	9	10	10	15	17	19	21	24	19
71.1 Arquitetura e engenharia	1	0	1	0	0	1	2	4	2	8	4
77.3 Aluguel de máq. e equipamentos	1	4	12	9	8	9	11	10	9	10	10
82.1 Apoio adm. e escritório	0	0	4	5	9	10	9	7	13	120	86
82.9 Outros serviços às empresas	43	71	78	99	106	9	22	98	143	48	141
85.3 Educação superior	5	15	17	22	29	0	0	49	59	57	59
86.1 Atendimento hospitalar	0	2	2	2	0	0	1	6	4	5	8
86.4 Apoio diagnóstico e terapêutico	18	24	23	26	22	33	33	26	32	60	71
87.1 Assistência a idosos e deficientes	0	0	0	0	0	3	3	4	8	22	23
94.9 Outras org. associativas	7	8	24	16	16	9	8	9	1	7	21
96.0 Outros serviços pessoais	10	9	12	10	14	19	17	22	28	33	34

Fonte: Brasil (2022) - RAIS. Dados selecionados. Elaboração dos autores.

Nota: As denominações dos grupos de atividades foram resumidas. A denominação completa pode ser encontrada na *estrutura e notas explicativas da CNAE 2.0* (IBGE, 2006), através dos códigos na tabela.

O “Atacadista não-alimentar” cresceu 1.933% no número de empregados, e o “Atacadista não-especializado” cresceu 154%. Contudo, enquanto o ramo “Atacadista não-alimentar” teve um crescimento contínuo, tanto no número de estabelecimentos (que passou de 4, em 2010, para 11, em 2020), quanto no número de trabalhadores

formais, o ramo “Atacadista não-especializado” cresceu e se concentrou, pois o número de funcionários cresceu, como já mostrado, mas os estabelecimentos diminuíram: eram 7, em 2010, passou para 4, em 2015, e fechou a série em 3, em 2020, caracterizando um crescimento concentrado.

Na esteira do crescimento do comércio atacadista, cabe destaque para o grupo “Outros serviços às empresas”, que é representado pelas “atividades das empresas especializadas em cobrança, das empresas que fornecem informações sobre a capacidade de endividamento de terceiros e todas as atividades complementares que podem ser prestadas às empresas” (IBGE, 2006, p. 321). O grupo apresentou um crescimento de trabalhadores formais de 228% e de 133% no número de empresas, mas, ao longo do intervalo de tempo, retraiu de forma abrupta no número de funcionários e de forma progressiva no número de estabelecimentos, em 2015, e se recuperou ao final de 2020.

Os serviços de “Atividades jurídicas” tiveram uma alta de 138% no número de funcionários e dobrou o número de estabelecimentos, de 3 para 6, no período 2010-2020. Esse dado é explicado pelo aumento da prestação de serviços jurídicos que aumentou na cidade, como é comprovado pelo aumento no número de estabelecimentos.

Os serviços de “Arquitetura e engenharia” tiveram um rápido crescimento nos últimos 5 anos do período 2010-2020 que, no geral, cresceram em 300% o número de trabalhadores formais nessas atividades e refletem bem o crescimento urbano de Pau dos Ferros/RN. De forma específica, em 2019, o crescimento se concentrou, com a diminuição para 3 estabelecimentos, e o crescimento em 8 funcionários, e, em 2020, sofreu com os efeitos da pandemia, sendo desconcentrada, fechando em 6 estabelecimentos e 4 funcionários.

O grupo das atividades de “Aluguel de máq. e equipamentos”, que tinha apenas 1 funcionário em 2010, criou mais 11 postos de trabalho, de 2010 a 2012, mas terminou 2020 com 10 funcionários. Com relação aos estabelecimentos, o grupo era composto apenas por 2 estabelecimentos na maior parte do período 2010-2020.

O serviço de “Educação superior” obteve um crescimento significativo, da ordem de 1080% no quadro de trabalhadores das instituições de ensino superior privadas. Em 2010, eram empregues 5 pessoas e no ano de 2020 cresceu para 59 funcionários; em relação ao número de estabelecimentos, começou a série com

apenas 1 estabelecimento em 2015 e, no ano de 2016, o único estabelecimento deixou de existir, coincidente com a extinção dos postos de trabalho; retornou para 1 estabelecimento registrado em 2017 e passou para 2 estabelecimentos, no período 2019 e 2020.

Já nas atividades de saúde no setor privado, representadas pelo “Apoio diagnóstico e terapêutico”, o crescimento foi de 294% no número de empregados. Entre 2010 e 2020, o número de empregados teve uma variação positiva e contínua, enquanto o número de estabelecimentos oscilou em torno de 8 e 15, entre 2010 e 2020, mas que também cresceu no período, de 9 estabelecimentos em 2010 para 13 em 2020.

O grupo “Outras org. associativas” compreende as classes de serviços: atividades de organizações religiosas; atividades de organizações políticas; atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte; e atividades associativas não especificadas anteriormente (IBGE, 2006). O número de funcionários nessas atividades cresceu 200%, entre 2010 e 2020 e, com relação aos estabelecimentos no grupo, registrados, permeou entre 2 e 3 estabelecimentos.

Na denominação “Outros serviços pessoais” compreende as classes: lavanderias, tinturarias e toalheiros; cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza; atividades funerárias e serviços relacionados; e atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente (IBGE, 2006). Essas atividades cresceram 240%, no número de funcionários formais e 140%, no número de estabelecimentos registrados, de 2010 a 2020. Tanto o quadro de funcionários, quanto a quantidade de estabelecimentos cresceram positivamente e de forma contínua, de 5 para 12 estabelecimentos, e de 10 para 34 funcionários, de 2010 a 2020.

Além dos serviços que apresentaram crescimento, expostos acima, também cabe destaque aos serviços que surgiram, ou ressurgiram, no intervalo do período 2010-2020. São definidos assim (surgiram ou ressurgiram) porque nos atemos ao recorte temporal adotado, sem datar se a atividade, de fato, surgiu, no período de análise.

Começando pelos grupos mais longevos, tanto o “Atendimento hospitalar” quanto o “Armazenamento e carga”, têm registros a partir de 2011. Nesse período, a primeira contava apenas com 1 estabelecimento que empregava 2 funcionários, e a segunda também com apenas 1 estabelecimento com 1 funcionário, e, ao final, as

duas dispunham, respectivamente, de 5 estabelecimentos e 8 funcionários e 2 estabelecimentos e 12 funcionários, registrados em 2020.

Depois, os grupos que se revelaram em 2012, correspondendo às “Imobiliárias (imóveis próprios)” e ao “Apoio adm. e escritório”. Nas “Imobiliárias (imóveis próprios)”, em 2012, existia apenas 1 estabelecimento com 5 funcionários e, ao final de 2020, detinham 9 estabelecimentos e 50 funcionários registrados, crescendo dez vezes o tamanho da mão de obra, acompanhada pelo crescimento das empresas. Já o “Apoio adm. e escritório” começou, em 2012, com 3 estabelecimentos e 4 funcionários e, ao final de 2020, detinha 5 estabelecimentos e 86 funcionários registrados; mas, ao contrário das atividades imobiliárias, o seguimento sofreu com a pandemia, tendo alcançado o ápice em 2019, com 7 estabelecimentos com 120 funcionários.

O grupo das atividades de “Telecom. por fio” tem registro em 2013, com apenas 1 estabelecimento e nenhum funcionário; desapareceu nos dois anos seguintes, e ressurgiu com 1 estabelecimento, em 2015, com 30 funcionários e, ao final de 2020, manteve 1 estabelecimento e 4 funcionários. A parte interessante, é que seu pico de crescimento aconteceu em 2018, com 3 estabelecimentos e 130 funcionários. Os dados nos mostram que não houve realocação conceitual, mas pode ter ocorrido, na seção “J - Informação e Comunicação”, o absorvimento de parte da mão de obra para as “Outras telecom.”.

Em 2014 aparecem os “Serviços de T.I.”, com apenas 1 estabelecimento com 2 funcionários, e, ao final de 2020, detinham 2 estabelecimentos e 17 funcionários registrados.

Por último, o grupo de “Assistência a idosos e deficientes” é o mais recente, surgiu em 2015, e se manteve com um único estabelecimento até 2020, mas esse estabelecimento teve um crescimento bastante significativo durante os 5 anos em operação: em 2015, detinha 3 funcionários, e, ao final de 2020, o quadro de funcionários era da ordem de 23 registrados.

Feita a descrição dos setores conforme os dados da RAIS, a análise das informações da REGIC de 2018, por fim, constitui outro fator para comprovação do crescimento do terciário e da importância regional da cidade de Pau dos Ferros/RN.

Conforme a Tabela 3, pode-se verificar quais atividades mais atraem os residentes de outros municípios para a cidade de Pau dos Ferros/RN, por meio da

variável Índice de Atração Temática (IAT)<sup>4</sup> da REGIC 2018. O índice é calculado pelo IBGE utilizando o percentual de destino de cada cidade a cidade-alvo, extraído esse percentual da população residente dos municípios entrevistados, segundo a causalidade de deslocamento do indivíduo não-residente.

Tabela 3 – Índices de Atração Temática, medidos pela pesquisa REGIC na edição de 2018, da cidade de Pau dos Ferros

Nome da variável	Temática	Índice
iat_q1	Compra de vestuário e calçados	127.536
iat_q2	Compra de móveis e eletroeletrônicos	109.883
iat_q3	Saúde de baixa e média complexidades	143.803
iat_q4	Saúde de alta complexidade	16.449
iat_q5	Ensino superior	134.825
iat_q6	Atividades culturais	82.296
iat_q7	Atividades esportivas	81.023
iat_q8	Aeroporto	-
iat_q9	Jornais	-
iat_q10	Transporte público	83.318

Fonte: Fonte: REGIC (IBGE, 2018). Elaboração dos autores.

Os dados demonstraram que os índices mais altos de atratividade estão na seguinte ordem: *índice de atração temática para saúde de baixa e média complexidades*, 143.803; *índice de atração temática para ensino superior*, 134.825; *índice de atração temática para compra de vestuário e calçados* 127.536; e o *índice de atração temática para compra de móveis e eletroeletrônicos*, 109.883. Estas informações corroboram, portanto, a força do terciário local expressa nas atividades de comércio e nas atividades de saúde e de ensino superior como fatores explicativos da importância e do aumento da centralidade da cidade de Pau dos Ferros/RN na sua região.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão do terciário em Pau dos Ferros/RN pode ser explicada pelo aumento da sua centralidade, característica notável das cidades intermediárias. Esta

<sup>4</sup> Por exemplo, as Cidades A e B, cada uma com 100 mil habitantes, mencionam a J como destino com, respectivamente, 50% e 10%. O Índice de Atração da Cidade J será a soma de (100 mil x 0,5) e (100 mil x 0,1), resultando em 60 mil. Esse valor não corresponde ao número de pessoas que efetivamente se deslocam à Cidade J, mas oferece um parâmetro comparativo da atração entre diferentes Cidades (IBGE, 2020a).

centralidade não só atrai investimentos, pessoas, mercadorias, informações, novas atividades terciárias, como também impulsiona o crescimento dos serviços já existentes. Essa relação também atua de modo “inverso”, ou seja, à medida que o setor terciário cresce, se expandindo e se diversificando, a cidade ganha novas funções urbanas e/ou se intensifica a importância das já existentes, fazendo com que a força polarizadora também aumente. No mais, a expansão do terciário e das funções urbanas que uma cidade exerce “determinam o tamanho da cidade, o vigor de sua economia e suas perspectivas de desenvolvimento” (Singer, 2012, p. 147).

Se o tamanho demográfico não é tão relevante para determinar uma cidade intermediária, este parâmetro é de extrema importância para determinar o tamanho e expansão de uma economia. Dessa forma, o tamanho demográfico significa medida para economia de escala, sendo a economia de escala resultado da especialização produtiva e da divisão social do trabalho, e possibilita maior ou menor desenvolvimento de funções urbanas ou atividades básicas (Corrêa, 2007; Marx, 1988).

Cabe ressaltar, tal qual já observara Smith (1996), que a divisão social do trabalho é limitada pela extensão do mercado, isto é, a especialização dos indivíduos está atrelada ao limite da extensão do poder de troca. Um mercado reduzido é um mercado que não consegue absorver a totalidade do valor de troca<sup>5</sup> criado. Desse modo, não há estímulo a especialização, isto é, os indivíduos não irão dedicar-se inteiramente ao aprimoramento de uma ocupação própria. Isso acontece porque grande parte dos serviços, principalmente os coletivos, necessitam de um número aceitável de indivíduos com poder de troca para operarem. Saltando dessa abstração para o real, no caso de Pau dos Ferros/RN, essa limitação é superada pelo fato desta cidade servir um mercado regional, representado por sua área de influência.

Uma cidade intermediária, que serve a um mercado regional, explica a pujança do comércio e dos serviços presentes em Pau dos Ferros/RN. Com pouco mais de 30.000 habitantes, o terciário pau-ferrense só pode ser explicado pela sua função de cidade intermediária. Essa função, foi também viabilizada pela participação do Estado, que concentra no território da cidade órgãos que servem a toda a região, aumentando a centralidade urbana da cidade, por meio da expansão dos serviços oferecidos em

---

<sup>5</sup> É relevante lembrar que Smith (1996) não diferencia valor de uso e valor de troca, o que é abordado por Marx (1988), mas os termos foram mantidos para seguir o pensamento de Smith.

seu território, consolidando-a como cidade intermediária na rede urbana interiorizada do semiárido.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. S. S.; MOURA, R.; DIAS, P. C. Cidades médias: uma categoria em discussão. In: PEREIRA, R. H. M.; FURTADO, B. A. (Org.). **Dinâmica Urbano-Regional**: rede urbana e suas interfaces. Brasília: Ipea, 2011. p. 61-78. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3280>. Acesso em: 3 out. 2021.

ARAÚJO, T. B. Nordeste, nordestes: que nordeste?. In: ÁLVARES AFFONSO, R. B.; BARROS SILVA, P. L. (Org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP, 1995. p. 125-156.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Unicamp, 2007.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. 2022. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CANO, W. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-1995)**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: IE-UNICAMP, 1998. (Coleção 30 anos de Economia – UNICAMP, 2).

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades médias**: espaços em transição. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-33.

DANTAS, J. R. Q. **As cidades médias no desenvolvimento regional**: um estudo sobre Pau dos Ferros-RN. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/13834>. Acesso em: 2 ago. 2021.

DANTAS, J. R. Q.; CLEMENTINO, M. L. M. O papel das cidades (inter) médias para o desenvolvimento regional (Pau dos Ferros-RN, Cajazeiras-PB e Sousa-PB). **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 228-255, set. 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/6915>. Acesso em: 2 ago. 2021.

DIEL, A. S.; KROETZ, M. A evolução do setor terciário da cidade de Rio do Sul – SC: uma análise do período 1995-2005. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 2., 2008, Chapecó. **Anais...** Chapecó, 2008. p. 291-311. Disponível em: <https://studylibpt.com/doc/4629645/a-evolu%C3%A7%C3%A3o-do-setor-terci%C3%A1rio-da-cidade-de-rio-do>. Acesso em: 10 ago. 2021.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUIMARÃES NETO, L. **Introdução à formação econômica do Nordeste**: da articulação comercial à integração produtiva. Recife: FUNDAJ; Editora Massangana, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de Influência das Cidades (REGIC) - 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html>. Acesso em: 28 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de Influência das Cidades: 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>. Acesso em: 6 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades/IBGE – Panorama – Pau dos Ferros/RN**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil-RN/pau-dos-ferros/panorama>. Acesso em: 3 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)**. Rio de Janeiro: IBGE, nov. 2006. Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/documentacao/documentacao-cnae-2-0.html>. Acesso em: 8 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil-RN/pau-dos-ferros/panorama>. Acesso em: 3 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/universo-populacao-e-domicilios-situacao-urbana-ou-rural>. Acesso em: 3 nov. 2024.

LIMA, L. C.; ROCHA, A. M. Reflexões sobre o terciário. **GeoTextos**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 85-105, dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3788/2765>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: o processo global da produção capitalista. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 3, tomo 1. (Coleção Os Economistas).

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste: planejamento e conflitos de classes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SIMÕES, R.; AMARAL, P. V. Interiorização e novas centralidades urbanas: uma visão prospectiva para o Brasil. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 12, n. 3, p. 553–579, set./dez. 2011. Disponível em: [http://www.anpec.org.br/revista/vol12/vol12n3p553\\_579.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol12/vol12n3p553_579.pdf). Acesso em: 10 ago. 2021.

SINGER, P. I. A economia dos serviços. **CEBRAP**, São Paulo, n. 24, p. 129-135, 1979. Disponível em: [https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/a\\_economia\\_dos\\_servicos\\_b.pdf](https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/a_economia_dos_servicos_b.pdf). Acesso em: 10 ago. 2021.

SINGER, P. I. Economia urbana. In: SINGER, P. I. **Economia política da urbanização**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 139-148.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1. (Coleção Os Economistas).

SOUZA, R. C. **O papel do gasto público na interiorização do urbano no semiárido nordestino**: o caso de Pau dos Ferros-RN e de sua região após 2000. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1088282>. Acesso em: 2 ago. 2021.

SOUZA, R. C.; MIRANDA, H. Influência do gasto público no fortalecimento da centralidade de Pau dos Ferros-RN. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 23, n. 52, p. 1109-1134, set./dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/J88y4TXyqKGgtrdCDVBjK9x/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 27 ago. 2021.

WHITACKER, A. M. Uma discussão sobre morfologia urbana e a articulação de níveis diferentes de urbanização. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 139-156.